



## **Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

1

Paulo de Jesus<sup>2</sup>  
Poliana Pedroso<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

Este estudo busca estabelecer relações entre Extensão Rural e Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) quais sejam: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, a partir de reflexões assentadas em material bibliográfico/documental. Na conclusão, sinalizam-se algumas relações, evidenciando-se tal fato pelo próprio enunciado dos ODM, destacando-se a convicção de que os mesmos carecem maior divulgação e que o pessoal da prática extensionista precisa conhecer tal política pública para contribuir para sua efetividade.

Palavras chaves: Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

### **INTRODUÇÃO**

A Extensão Rural no Brasil, com a definição da atual política do Governo Federal de Assistência Técnica e Extensão Rural passa a inspirar expectativas de uma efetiva contribuição aos processos que favorecerão o desenvolvimento local e sustentável. Concomitantemente, a Organização das Nações Unidas lidera um movimento que resultou no pacto entre nações denominado Objetivos do Milênio. Neste texto, os autores ensejam favorecer considerações em torno de possíveis relações entre a Extensão Rural, o Desenvolvimento Local Sustentável e os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os processos investigatórios que deram origem ao presente texto são de natureza bibliográfico/documental (LAVILLE et DIONNE, 2007) podendo a pesquisa desenvolvida ser classificada, de acordo com o nível de abrangência e enquadramento

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GP) Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Educação; Professor Associado da UFRPE/POSMEEX

<sup>3</sup> Mestranda em Gestão de Desenvolvimento Local Sustentável - UPE



do objeto, como pesquisa exploratória ou ensaística (VASCONCELOS, 2007). Recorreu-se, com frequência, a publicações de instituições públicas nacionais e internacionais.

### **Sobre Extensão Rural e Desenvolvimento Local**

Peixoto (2008, p. 10) propõe que se considere a extensão rural sobre três aspectos: a) como processo educativo de comunicação; b) como instituição ou organização e c) como política pública.

Extensão Rural como comunicação/educação também foi definida por Barros (1994), por exemplo, quando assim se expressou : “O Serviço de Extensão Rural é ao mesmo tempo, um processo de comunicação e de educação planejada que destina mudar o comportamento econômico e social dos agricultores em qualquer parte do mundo” (BARROS, 1994, p. 665). Esse mesmo autor atribui uma grande responsabilidade aos extensionistas rurais, como se observa em suas expressões quase messiânicas: (...) têm sobre os ombros a grande responsabilidade de mudar o comportamento dos produtores rurais e dos grupos por eles formados, não só no processo produtivo mas também em suas relações sociais do dia a dia. (BARROS, 1994, p. 666).

Já extensão rural como processo é assim caracterizada:

(...) diremos que a extensão contempla processos nos quais se produz uma transferência de informação com predomínio de um sentido: da agência para o cliente de extensão (processos informativos); intercâmbio de informação (processos consultivos ou de assessoramento); orientação para a uma fonte de informação e/ou adquire novas habilidades (processos educativos) e, por fim, estímulo ao cliente para que se incorpore aos processos mencionados ou os desenvolva sem a intervenção de um elemento externo (processos de animação), entre outros. (SANCHES DE PUERTA, 1996, p. 58).

E extensão rural como política pública? Aqui, agregamos mais um autor nessa discussão sobre Extensão Rural: Francisco Roberto Caporal (2003). Ele afirma que os aparatos públicos de Extensão Rural terão que se transformar e introduzir mudanças para atender as novas exigências da sociedade, dentre as quais o autor destaca grandes desafios na contemporaneidade: (a) a exigência de maior e mais qualificada produção de alimentos a partir de programas governamentais, como o Fome Zero; (b) a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural; (c) apoio aos setores mais debilitados da população rural na perspectiva de lhes garantir melhorias na



qualidade de vida; (d) ações que favoreçam aos agricultores familiares o acesso às políticas públicas em geral e, por fim, (e) adoção de estratégias participativas e democráticas que incluam a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e produção de alimentos saudáveis. Caporal afirma igualmente que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como bem público (oferta gratuita) passa a ter sentido se admitimos que cabe ao Estado apoiar setores menos favorecidos, estratégias de desenvolvimento local, assim como realizar ações ambientalistas e de promoção da produção de alimentos limpos, de melhor valor biológico (ecológicos, orgânicos, etc). Neste caso, completa, “a ATER pública deveria centrar-se em um outro enfoque (...) que não apenas o aumento da produção e da produtividade agrícola, (...) [sendo] possível destacar: equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental” (CAPORAL, 2003, p. 2).

Com tanta diversidade de sentidos ou definições, parece importante salientar aspectos de diferentes naturezas envolvidos nos contextos e nas práticas de extensão rural. Para isso, reportamo-nos a Sanches de Puerta (1996) que apresenta um conjunto de considerações em torno da relação extensão rural e desenvolvimento, quais sejam: (i) a qualquer teoria de extensão rural subjaz uma teoria de desenvolvimento e mais concretamente, de desenvolvimento rural; (ii) a conceituação de desenvolvimento é difícil em função da complexidade dos elementos a ele frequentemente associados: mudança social, evolução, progresso, modernidade, embora se possa afirmar mais facilmente que qualquer conceito de desenvolvimento reflete uma corrente de pensamento social e o contexto no qual o conceito é aplicado; (iii) duas idéias essenciais estão subjacentes ao conceito de desenvolvimento: a idéia de motor do desenvolvimento (o que favorece ou dificulta o desenvolvimento?) e a idéia de pauta do desenvolvimento (para onde se crer que se vai ou se quer ir?) (iv) em termos de desenvolvimento em geral, dois enfoques são destacados: aquele que supõe que o *motor* do processo é a mudança de atitude do indivíduo e aquele que acredita serem as mudanças profundas de estruturas o *motor* do desenvolvimento; (v) três são os modelos clássicos de desenvolvimento rural: (a) difusão de inovações agrárias (o desenvolvimento é impulsionado pela introdução de novas tecnologias); (b) insumos agrários de alto rendimento (os utilizados na Revolução Verde) e (c) mudança tecnológica induzida (o que favorece mudanças nas instituições sociais); há, no entanto, classificações alternativas, como a de Lenine que distingue o modelo americano de desenvolvimento



(sociedades rurais com camponeses médios) e o modelo prussiano de desenvolvimento (sociedades rurais com proletários rurais); (vi) na contemporaneidade, novas idéias e enfoques sobre desenvolvimento rural: (a) desenvolvimento endógeno; (b) desenvolvimento rural integrado, (c) desenvolvimento local e (d) desenvolvimento sustentável.

Ainda quanto a desenvolvimento local já foi enfatizado por Jesus (2003, pág.72) que:

Pode-se, pois, dizer que se está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente do local.

O mesmo autor salientou que o conceito de desenvolvimento local deve ser encarado como um processo construtivo amplo e com dimensões que consideram lideranças, articulação e esforços concentrados no sentido de promover o bem estar de uma determinada comunidade / localidade. Dessa forma podemos entender que se trata de um espaço que nasce com identidade solidária por estabelecer-se prioritariamente por motivações sociais e estruturada numa lógica de desenvolvimento local (JESUS, 2007, p. 24).

Também o desenvolvimento local deve ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação de economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. (JESUS, 2007, p.25)

Mas, a Extensão Rural no Brasil tem uma história que se confunde com a própria dialética da análise dos fenômenos sociais: implantada sob influência direta do capital na busca da produtividade da agropecuária no pós-segunda guerra mundial, absorve as resistências, situação manifestada em tantos projetos e estudos decorrente da contribuição de Freire (1977, p.43) “ A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico”. Na perspectiva do interacionismo, do diálogo e hoje encontra-se voltada prioritariamente para os excluídos visando ao desenvolvimento de políticas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, atenuando os efeitos da chamada revolução verde e das estratégias convencionais, principalmente que tenham caráter social excludente, conforme apresenta-se na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004) em seus princípios e diretrizes:



Para dar conta desse desafio os serviços públicos de Ater[...] devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturadas para transferir pacotes tecnológicos, [...] adotando um enfoque holístico e integrador de estratégia de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas.

Tem-se a expectativa de que as políticas que convergem para a nova Extensão Rural dialoguem efetivamente com as maneiras de viver e de organizar-se, sendo “realista postular e esperar delas uma contribuição significativa na direção de avançados processos de transformação e democratização das estruturas econômicas, políticas e culturais” (RAZETO, 2005, p.58).

É nesta direção que se colocam questões em torno das relações entre Extensão Rural e Desenvolvimento Local e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

### **Sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de que se trata? Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram a partir das conferências internacionais dos anos 1990 acerca de desenvolvimento social, de população, de direitos humanos, de gênero e de meio ambiente, entre outras. Seu principal intento é o de integrar os compromissos assumidos pelos governantes e outras lideranças, nas conferências, numa grande agenda mundial de desenvolvimento, definindo metas claras, prazos para sua implementação e indicadores de avaliação do avanço alcançado por cada região, atacando a extrema pobreza em suas múltiplas dimensões (PNUD BRASIL, 200?).

Uma definição precisa dos ODM é apresentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004), caracterizando-os como “metas concretas, mensuráveis e temporalmente delimitadas, que devem ser adotadas pelos Estados-Membros das Nações Unidas, assim como o Brasil, e alcançadas em 2015”.

No total, são oito objetivos:



1. erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. atingir o ensino básico universal;
3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Caracterizando cada um desses objetivos de desenvolvimento do milênio, tem-se:

1. O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio é: “Erradicar a extrema pobreza e a fome”.

2. O segundo objetivo trata de *atingir o ensino básico universal* e tem como meta: garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. Para tal objetivo, definiram-se como indicadores:

- a) Taxa líquida de matrícula no ensino primário;
- b) Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º;
- c) Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos (UNESCO, 2006)<sup>4</sup>.

3. Já o terceiro objetivo trata fundamentalmente de aspectos relacionados com gênero: *promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres*, tendo sido definido como meta a eliminação da disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar até o ano de 2015. Os indicadores de tal objetivo são;

- a) Razão meninas/meninos no ensino básico, médio e superior;
- b) Razão entre homens e mulheres alfabetizados na faixa etária entre 15 a 24 anos (UNESCO, 2006);

---

<sup>4</sup> Os documentos doutrinários-conceituais do Projeto ODM são de autoria da Equipe do PNUD; já os documentos relacionados com os indicadores de cada objetivo foram elaborados por diferentes órgãos da ONU, obedecendo-se a relação entre a Instituição e o objeto de trabalho. Assim, por exemplo, com relação ao objetivo número 1, têm-se o Banco Mundial, UNICEF, OMS e a FAO liderando a definição dos indicadores; em relação ao objetivo número 2, a UNESO que se ocupa, na Comunidade ONU, de educação e cultura. A definição dos indicadores está datada de 2006 nos diferentes sites.



- c) Percentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola (OIT, 2006);
- d) Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional (UPI, 2006).

4. O quarto objetivo traçado na Cúpula do Milênio foi o de: *Reduzir a mortalidade infantil e tem como meta* reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças e menores de 5 anos o que é medido pelos seguintes indicadores:

- a) Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos;
- b) Taxa de mortalidade infantil;
- c) Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo (UNICEF e OMS, 2006).

5. O quinto objetivo diz respeito à saúde da mulher: *Melhorar a saúde materna* e tem como meta reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna o que poderá ser acompanhado pelos seguintes indicadores:

- a) Taxa de mortalidade materna;
- b) Proporção de partos assistidos por profissional de saúde qualificado (UNICEF e OMS, 2006).

6. Quanto ao sexto objetivo é o de *Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças*. Este objetivo tem 2 metas:

- até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual, esta meta tem por indicadores:
  - a) taxa de prevalência do HIV/AIDS entre as mulheres grávidas com idades de 15 a 24 anos (UNAIDS, UNICEF e OMS, 2006);
  - b) taxa de utilização de anticoncepcionais (UNAIDS, UNICEF, Divisão de População da ONU e OMS, 2006);
  - c) número de crianças tornadas órfãos pela Aids (UNAIDS e UNICEF, 2006).
- até 2015 ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado inverter a tendência atual cujos indicadores são:
  - (i) Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à malária (OMS, 2006)



- (ii) Proporção da população em zonas de risco que utilizam meios de proteção e de tratamento eficazes contra a malária (UNICEF e OMS, 2006);
- (iii) Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose (OMS, 2006)
- (iv) Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta (DOTS e OMS, 2006).

7. O Sétimo Objetivo é o de Garantir a sustentabilidade ambiental o que será alcançado através de 3 metas:

(i) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. Esta primeira meta tem por indicadores:

- a) Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas (FAO, 2006);
- b) Fração da área protegida para manter a diversidade biológica sobre a superfície total (PNUMA e IUCN, 2006);
- c) Uso de energia (equivalente a quilos de petróleo) por US\$ 1,00 do PIB/PPC (IEA, UNSD e Banco Mundial, 2006);
- d) Emissões per capita de dióxido de carbono e consumo de CFCs eliminadores de ozônio - toneladas “ODP” (UNFCCC, UNSD, PNUMA - Secretaria do ozônio, 2006);
- e) Proporção da população que utiliza combustíveis sólidos. (OMS, 2006).

(ii) Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura e tem por indicadores:

- a) Proporção da população (urbana e rural) com acesso a uma fonte de água tratada
- b) Proporção da população com acesso a melhores condições de saneamento (UNICEF e OMS, 2006).

(iii) Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

a) Proporção de domicílios com posse segura do lugar da habitação (UM-Habitat, 2006).





8. Oitavo objetivo – o último objetivo é o de estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento cujas metas são:

a) Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

b) Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza.

c) Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembléia Geral).

d) Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo (PNUD, 2004a).

### **Princípios e políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER**

A prática da Extensão Rural pode ser entendida como um espaço onde a STER se concretiza, se materializa, seja a Extensão Rural pensada como comunicação ou educação, seja concebida como processo ou ainda seja como instituição. Qualquer dimensão, pois, que se queira considerar, tal prática é também o resultado de uma política.

No caso da ATER pública no Brasil, tem-se hoje a chamada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (MDA, 2004). Interessa neste texto o conjunto de princípios e diretrizes da Assistência Técnica e Extensão Rural que compõe a citada PNATER. Sinteticamente, assim se apresentam:

a) princípios:

a.1 – assegurar o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar;



- a.2 – contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, incluindo a potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;
- a.3 – adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos e participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia;
- a.4 – estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social;
- a.5 – desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de enfoque dialético, humanista e construtivistas (MDA, 2004, p. 7)

b) Diretrizes:

- b.1 – apoiar ações múltiplas de ATER que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais;
- b.2 – garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATER;
- b.3 – apoiar ações destinadas a qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase na produção de alimentos básicos;
- b.4 – assegurar que as ações de ATER contemplem todas as fases da produção, da comercialização e do abastecimento;
- b.5 – privilegiar os Conselhos como fóruns e co-responsáveis pela gestão de ATER;
- b.6 – desenvolver ações de capacitação dos integrantes dos Conselhos;
- b.7 – promover uma relação de participação e gestão compartilhadas entre todos os agentes do processo de desenvolvimento;
- b.8 – desenvolver ações que levem à preservação e recuperação dos recursos naturais;
- b.9 – viabilizar serviços de ATER que promovam parcerias entre instituições governamentais e não governamentais;
- b.10 – estimular a participação da Ater em processos de geração de tecnologia;
- b.11 – orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada no mercado globalizado;
- b.12 – garantir o reconhecimento da diversidade na elaboração de planos e programas de ATER;
- b.13 – viabilizar ações de ATER especificamente para a juventude rural;
- b.14 – apoiar ações específicas visando a construção da equidade social e valorização da cidadania, visando a superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais como mulheres, quilombolas e indígenas (MDA, 2004, p. 7-8).



## **Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: algumas relações**

Os enunciados acima apresentados em torno de Extensão Rural, de Desenvolvimento Local e de Objetivos do Desenvolvimento do Milênio parece que podem sugerir fortes e estreitas relações. Assim:

- (i) quando se tem um ODM relacionado com a erradicação da extrema pobreza e da fome, no caso do Brasil, tal objetivo encontra eco também na PNATER a considerar praticamente todas as diretrizes aí definidas;
- (ii) atingir o ensino básico universal como ODM pode ser fortalecido pela PNATER quando se preconiza a garantia de consideração da diversidade na ATER e de ações de ATER específicas para a juventude rural;
- (iii) quanto à promoção de igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres enquanto ODM quatro diretrizes da PNATER parecem mais diretamente relacionadas: a de apoio a ações específicas visando a superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais como mulheres, quilombolas e indígenas; a de ações específicas para a juventude e ainda as diretrizes relacionadas com os fóruns e com todas as etapas do processo de produção e comercialização;
- (iv) a redução da mortalidade infantil parece ser uma consequência da melhoria das condições de produção e de vida das populações rurais e populações marginalizadas para as quais a PNATER foi concebida e, espera-se, esteja sendo desenvolvida;
- (v) a melhoria da saúde materna como ODM igualmente pode ser definida como consequência das ações da PNATER;
- (vi) já o combate ao HIV/AIDS, à malária e outras doenças parece que se pode indicar relação muito forte com todo o processo de ATER, mas, particularmente também com as ações específicas direcionadas à juventude, com o combate à discriminação de categorias sociais e também com aquelas ações voltadas mais à preservação e recuperação do ambiente;



- (vii) garantia da sustentabilidade ambiental como ODM também apresenta uma relação com o conjunto de diretrizes da PNATER.

Quanto ao oitavo dos ODN – estabelecer uma política mundial para o desenvolvimento, pode-se afirmar que a ação da Extensão Rural pode se constituir, de um lado, uma referência e, de outro lado, uma exigência.

O quadro I a seguir apresentado, construído com os elementos apresentados neste texto (inclusive as diretrizes de ATER como b.1, b.2...) visualiza as relações acima trabalhadas:

#### QUADRO 01

##### RELAÇÕES ENTRE ODM E PNATER

<b>ODM</b>	<b>Diretrizes</b>
1. erradicar a extrema pobreza e a fome;	b.1; b.2; b.3; b.4; b.6; b.7; b.8; b.9; b.10; b.11; b.12; b.14
2. atingir o ensino básico universal;	b.13; b.14
3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;	b.14; b.13; b.5; b.4
4. reduzir a mortalidade infantil;	b.1; b.2; b.3; b.4; b.8; b.11; b.12; b.13; b.14
5. melhorar a saúde materna;	b.1; b.2; b.3; b.4; b.8; b.11; b.12; b.13; b.14
6. combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;	b.1; b.2; b.6; b.9; b.10; b.12; b.13; b.14
7. garantir a sustentabilidade ambiental;	b.1; b.2; b.3; b.4; b.5; b.6; b.7; b.8; b.9; b.10; b.11; b.12; b.13; b.14

Ao se refletir aqui sobre as potenciais relações entre ODM e PNATER deve-se levar em consideração a prática da Extensão Rural, isto é, o trabalho desenvolvido no local, nos territórios por extensionistas rurais, integrantes de órgãos públicos ou de órgãos privados, no seu cotidiano. Acredita-se que a percepção dessas pessoas, sejam profissionais, sejam aquelas que integram as diferentes comunidades que interagem com a Extensão Rural de que há uma vontade política de se promover o desenvolvimento em tais condições (ODM) pode contribuir para a construção de



motivações e interesses mais integrados aos citados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Quando se toma a Extensão Rural e o Desenvolvimento Local como abordados pelos autores evocados no presente texto (BARROS, CAPORAL, JESUS, PEIXOTO, SANCHES DE PUERTA, entre outros) parece que o cotejamento com os OBM produzem uma outra dimensão, um novo sentido para suas práticas, contribuindo também para uma nova percepção e possivelmente uma nova motivação dos(as) extensionistas rurais.

## CONCLUSÃO

Objetivou-se aqui apresentar reflexões em torno de potenciais relações entre os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM e a política de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, na perspectiva do Desenvolvimento Rural. A análise documental empreendida evidencia que essas relações podem ser apreendidas a partir mesmo do enunciado dos ODM e das diretrizes da PNATER. Uns e outros estão igualmente articulados com a concepção aqui esboçada de Desenvolvimento Local. E sugere que tal abordagem, além de enriquecer a ocupação ou a atividade de extensão rural, pode favorecer o desenvolvimento de novas motivações no(a) extensionista rural.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Edgar de V. *Princípios de Ciências Sociais para a Extensão Rural*. Viçosa, Imprensa Universitária, 1994
- CAPORAL, Francisco Roberto. *Bases para uma nova ATER pública*. Brasília, 2003. Disponível em [www.pronaf.gov.br/ater/docs](http://www.pronaf.gov.br/ater/docs), capturado em 25.05.2005
- Jesus, Paulo de. Desenvolvimento Rural. In: CATTANI, A. David. *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz, 2003.
- JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local. In: PEDROSA, Ivo; MACIEL FILHO, Adalberto; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio. *Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável*. Recife. EDUPE, 2007.



LAVILLE, Christian ET DIONNE, Jean. *A construção do Saber*. Porto Alegre, Artmed, 2007.

MDA. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2004. Disponível em . Acesso em 20.04.2009.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação*. Brasília, Senado Federal, 2008

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO / BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Vamos parar de descumprir promessas? [200?] Disponível em: [http://www.pnud.org.br/odm/odm\\_vermelho.php](http://www.pnud.org.br/odm/odm_vermelho.php). Acesso em: 10 mar. 2007.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO / BRASIL. Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Rede de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/estudos/index.php>. Acesso em: 10 mar. 2007

RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 2005.

SÁNCHEZ DE PUERTA, Fernando. *Extensión agrária y desarrollo rural*. Madrid. Centro de Publicaciones Del Ministério de Agricultura, pesca y alimentacion. 1996.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 2007.